Relatório UTAO n.º 14/2024

Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a junho de 2024

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do Sector Público Empresarial

4 de outubro de 2024

Ficha técnica

A análise efetuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República. Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe assessoria técnica especializada através da elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre gestão orçamental e financeira pública.

Este estudo, orientado e revisto por Rui Nuno Baleiras, foi elaborado por António Antunes.

Título: Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a junho de 2024

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do Sector Público Empresarial

Relatório UTAO N.º 14/2024

Data de publicação: 4 de outubro de 2024

Data-limite para incorporação de informação: 3 de outubro de 2024

Disponível em: https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO_Unidade-TecnicadeApoioOrcamental.aspx

Índice Geral

Índice Geral ..... **i**
Índice de Tabelas ..... **i**
Índice de Gráficos ..... **i**
Índice de Caixas ..... **i**
Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos ..... **ii**
Sumário executivo **1**
1 Introdução **3**
2 EBITDA e Resultado Líquido **5**
3 Receitas e gastos totais **7**
4 Dívida **9**
Anexo: Dados numéricos e terminologia do SEE **13**

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização das empresas públicas: SEE, SEL e SER 5
Tabela 2 – Situação Financeira do SEE: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024 13

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – EBITDA e Resultado Líquido: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024 7
Gráfico 2 – Receita e gastos totais: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024 9
Gráfico 3 – Dívida: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024 10

Índice de Caixas

Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira 13

Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos

Sigla/abreviatura	Designação
AP	Administrações Públicas
AR	Assembleia da República
CMVMC	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBIT	*Earnings Before Interest and Taxes*, designação inglesa para "Resultados Antes de Juros e Impostos"
EBITDA	*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*, designação inglesa para "Resultados Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações"
EPF	Empresa(s) Pública(s) Financeira(s)
EPNF	Empresa(s) Pública(s) Não Financeira(s)
EPNR	Empresa(s) Pública(s) Não Reclassificada(s)
EPR	Empresa(s) Pública(s) Reclassificada(s)
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
M€	Milhões de Euros
p.	Página
p.p.	Ponto(s) percentual(is)
pp.	Páginas
PPP	Parceria(s) Público-Privada(s)
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEL	Sector Empresarial Local
SER	Sector Empresarial Regional
SERAA	Sector Empresarial da Região Autónoma dos Açores
SERAM	Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SiRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SISEE	Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPE	Sector Público Empresarial
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
vs	*versus*

Sumário executivo

1. **Este relatório analisa a situação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado (SEE) no primeiro semestre de 2024, colocando-a em perspetiva com o desempenho alcançado no período homólogo**. Os parágrafos abaixo resumem as principais conclusões da UTAO, que se encontram devidamente justificadas nas secções seguintes. A informação apresentada abrange 117 empresas para as quais existe informação financeira reportada em SISEE, sendo o universo constituído por 142 empresas.

2. **No primeiro semestre de 2024, as empresas em análise que integravam o SEE aumentaram os níveis de EBITDA e Resultado Líquido.** Em termos desagregados, registou-se uma melhoria do EBITDA e do Resultado Líquido nas EPF e nas EPNR. Em sentido contrário, as EPNF e as EPR registaram diminuição nestes indicadores. O nível de EBITDA registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE aumentou 288 M€ no primeiro semestre de 2024, face ao período homólogo. Os Resultados Líquidos melhoraram homologamente em 223 M€, tendo o conjunto de empresas em análise recuperado de 333 M€ no primeiro semestre de 2023 para 556 M€ no primeiro semestre de 2024.

3. **No seu conjunto, as empresas que integram o SEE registaram, no primeiro semestre de 2024, aumentos da receita total superiores aos dos gastos totais, face ao período homólogo. O desempenho das Empresas Públicas Financeiras e das Empresas Públicas Não Reclassificadas foi o mais expressivo, na medida em que, coletivamente, a melhoria da receita total alcançada no 1.º semestre de 2024 revelou-se significativamente superior ao acréscimo de gastos totais registado no mesmo período.** O período janeiro a junho de 2024 registou um aumento homólogo da atividade económica das empresas que integram o SEE, quer por via do aumento da receita total quer dos gastos totais, com um impacto (líquido) agregado positivo (+ 288 M€), com reflexo direto no acréscimo do EBITDA alcançado. Os subconjuntos Empresas Públicas Financeiras e Empresas Públicas Não Reclassificadas analisados registaram um comportamento distinto do dos seus complementares, na medida em que alcançaram, no 1.º semestre de 2024, melhorias da receita total significativamente acima do acréscimo de despesa total.

4. **O *stock* global de dívida das empresas que integram o SEE diminuiu significativamente no primeiro semestre de 2024.** No entanto, este resultado não foi alcançado de modo uniforme, devido a contributos diferenciados das várias categorias de empresas públicas: redução significativa da dívida entre Empresas Públicas Não Financeiras e Empresas Públicas Reclassificadas *versus* aumento da dívida nos subconjuntos Empresas Públicas Financeiras e Empresas Públicas Não Reclassificadas. O maior *stock* de dívida encontra-se acumulado nas empresas que integram os subconjuntos das Empresas Públicas Reclassificadas (14 579 M€) e das Empresas Públicas Não Financeiras (23 111 M€).

5. **É interessante notar que os segmentos empresariais que apresentam melhores indicadores de rentabilidade (Empresas Públicas Financeiras e Empresas Públicas Não Reclassificadas) foram os que aumentaram a dívida e vice-versa, ainda que não sejam aqueles que acumulam os maiores *stocks* de dívida.** As Empresas Públicas Financeiras e as Empresas Públicas Não Reclassificadas foram as que registaram a evolução mais favorável ao nível da rentabilidade do ativo (*RoA*) e do capital próprio (*RoE*). Por outro lado, em termos operacionais, foram também estes grupos que mais incrementaram os níveis de EBITDA e de resultado Líquido no primeiro semestre de 2024.

1 Introdução

6. Este relatório analisa a situação económico-financeira das empresas públicas no primeiro semestre de 2024. Para o efeito, recorre a uma série de indicadores, retirados da contabilidade das empresas, organizada segundo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), para comparar o desempenho do universo empresarial do Estado entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2024, face ao período homólogo de 2023. Os dados seguidamente apresentados correspondem ao relato financeiro do segundo trimestre, que acumula informação desde o início do ano económico respetivo.

7. Em geral, as organizações de tipo empresarial são mais eficientes do que as de tipo administrativo na afetação de recursos, quando o bem ou serviço fornecido é privado e é possível cobrar preços aos consumidores. São diversas as funções económicas providas pelo sector público através de organizações empresariais ou de tipo empresarial. A ciência económica estabelece duas condições necessárias, embora não suficientes, para a prestação pública decorrer sob forma empresarial. Trata-se de características técnicas do bem ou serviço a prestar à comunidade: a existência de rivalidade no consumo (*i.e.*, o bem ser privado) e a possibilidade de exclusão de consumidores. Reunidas estas duas condições, a eficiência na afetação de recursos recomenda o financiamento do custo da sua provisão através de preços cobrados diretamente aos consumidores. Assim sendo, para bens com estas duas propriedades, a oferta dos mesmos deve ser capaz de identificar os custos do seu fornecimento bem como de consignar a receita dos preços ao financiamento da sua provisão. A empresa especializada no fornecimento de determinado bem ou serviço é uma forma organizativa particularmente adequada para garantir a identificação dos custos desse produto em concreto e a consignação da receita. Por outro lado, a legislação de muitos países, como é o caso da portuguesa, permite um maior grau de liberdade na gestão da provisão de bens e serviços a estruturas de tipo empresarial do que a estruturas de tipo administrativo. O leitor interessado em aprofundar esta matéria encontra uma explicação económica mais desenvolvida em Baleiras *et al.* (2018),[1] pp. 20–24 e 27–28.

8. A análise do Sector Empresarial do Estado (SEE) complementa outras coleções elaboradas pela UTAO. Historicamente, o sector público continha um elevado número de estruturas de tipo empresarial que não consolidava contas com o sector institucional das Administrações Públicas (AP). A prestação de contas pública, sistemática e tempestiva sobre a situação económico-financeira destas estruturas foi globalmente deficiente, particularmente no retrato da posição consolidada entre as vertentes administrativa e empresarial do sector público. Na primeira metade da década passada, ocorreu um emagrecimento significativo no sector público empresarial, por via da extinção e fusão de unidades, a par da reclassificação estatística da maioria das empresas públicas. Desta forma, uma parte significativa do sector público empresarial (aos três níveis de jurisdição territorial: Administração Central, Administração Regional e Administração Local) passou a estar integrada no sector institucional das AP, sob a forma de Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, da Administração Regional ou da Administração Local. Em resultado desta reclassificação, as coleções da UTAO que acompanham a dívida, assim como a programação e a execução orçamentais das AP, refletem, necessariamente, os contributos das empresas públicas assim reclassificadas para o desempenho das AP e de cada um dos seus subsectores. Contudo, fazem-no com três limitações. Em primeiro lugar, utilizam o único sistema contabilístico que o Ministério das Finanças (ainda) possui para agregar contas das unidades orgânicas das AP, que é a contabilidade orçamental em base de caixa. Este sistema é insuficiente para caracterizar a atividade económica de qualquer unidade orgânica, seja ela do tipo empresarial ou não. Em segundo lugar, a informação disponível para as análises da UTAO naquelas coleções não permite identificar o contributo individual nem coletivo das empresas reclassificadas para os resultados das AP. Em terceiro lugar, ao focarem-se no universo das AP, aquelas coleções não conseguem monitorizar o comportamento das empresas públicas pertencentes a outros sectores institucionais. Este relatório visa suprir, pelo menos em parte, estas três limitações. A presente análise baseia-se no subsistema financeiro da contabilidade das

[1] Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui e Almeida, Miguel (2018), *Finanças Locais: Princípios económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987*, Coleção Livros do CFP, n.º 1, Lisboa: Conselho das Finanças Públicas. Disponível nos formatos ePUB e PDF, Consult. 3/outubro/2024.

próprias empresas públicas, recorrendo a indicadores que proporcionam uma visão sinóptica sobre a situação económico-financeira destas entidades. São consideradas não apenas as empresas que integram as AP, mas também as que estão classificadas noutros sectores institucionais. No entanto, a cobertura conseguida nesta coleção também tem as suas limitações. Por um lado, deixa de fora as empresas públicas regionais e locais e não garante a cobertura a 100% do Sector Empresarial do Estado, condicionante explicada nos parágrafos 9 e 10 abaixo. Por outro lado, a informação tratada ao longo das próximas páginas tem duas condicionantes ao nível da consolidação de contas, inultrapassáveis por os indicadores advirem diretamente dos sistemas de informação contabilística de cada empresa. Primeiro, não permitem o retrato consolidado do universo empresarial público. Segundo, não permitem o retrato consolidado do sector público, empresarial e administrativo.

9. A informação utilizada tem por base o Sistema de Informação do SEE (SISEE/SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) com divulgação a cargo da UTAM. Esta informação abrange 117 empresas do chamado "Sector Empresarial do Estado" (SEE), de um total de 142 nas quais o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, tem como referência o período janeiro a junho de 2024, tendo sido atualizada a 23 de setembro de 2024. A informação contabilística foi prestada pelas empresas de acordo com o SNC. A percentagem de empresas cobertas raramente atinge o nível 100 e varia de número para número nesta coleção em função do número de respostas recebidas do universo na Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) com dados para o período em causa.

10. O universo em análise nesta coleção abrange apenas as empresas tituladas ou dominadas pelo Estado. Esta limitação de âmbito decorre do acesso à informação. Tal como nas demais coleções, a UTAO importa informação primária produzida por outras instituições para realizar as suas análises. A UTAM, pertencente ao Ministério das Finanças, recolhe, trata e publica informação contabilística apenas sobre as empresas na órbita do subsector Estado (o SEE) e não necessariamente todas. Conforme refere o seu portal *Internet*,[2] a informação produzida pela UTAM "*cobre a totalidade das empresas do SEE em que o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, direta ou indiretamente*".[3]

11. Tendo em conta a heterogeneidade no universo de empresas que integram o SEE, são realizadas duas desagregações. A primeira tem em conta o sector de atividade económica predominante em que a empresa se insere, distinguindo entre Empresas Públicas Financeiras (EPF) — 10 empresas — e Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) — 132 empresas. A segunda desagregação reflete a classificação das empresas face ao sector institucional das Administrações Públicas, distinguindo entre as que o integram e, portanto, dentro dele consolidam contas (as chamadas Empresas Públicas Reclassificadas, EPR, 78 empresas) e as que pertencem a outros sectores institucionais (as Empresas Públicas Não Reclassificadas, EPNR, 64 empresas).[4] O universo e a repartição das empresas que integram o SEE decorrem de informação estatística publicada pela UTAM, com base no SISEE/SiRIEF (Tabela 1). Para esta análise, recorreu-se a uma bateria de indicadores financeiros, a saber: receita total (volume de negócios e outras receitas), gastos totais (gastos operacionais e outros gastos), EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*, designação inglesa para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), EBIT (ou seja, resultados antes de juros e impostos), resultado financeiro, resultado líquido, *cash flow*, dívida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do capital próprio. Na Tabela 1, apresenta-se, também, uma caracterização breve do universo do Sector Empresarial Regional (SER) e do Sector Empresarial Local (SEL) por sector de atividade económica.

[2] No separador "*Notas, Boletins e Relatórios do SEE\Notas de divulgação rápida*".

[3] É pretensão da UTAO que, no futuro, em função do acesso a mais informação, o universo de análise possa abranger também as empresas públicas tituladas ou dominadas pelas Administrações Regional (SER) e Local (SEL).

[4] As entidades que compõem o SEE distribuem-se, para efeitos de contabilidade nacional, entre a categoria de unidades institucionais "Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central" (nele cabendo as EPR) e os sectores institucionais "Sociedades Financeiras" (no qual se inserem as EPF não reclassificadas) e "Sociedades Não Financeiras" (agrupando as EPNF que não são reclassificadas).

Tabela 1 – Caracterização das empresas públicas: SEE, SEL e SER
(número de empresas)

SEE - Empresas em SISEE	142
Empresas Não financeiras	132
Empresas Financeiras	10
Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)	78
Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR)	64

SER - Sector Empresarial Regional	49
SERAM - Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira[1]	24
SERAA - Sector Empresarial da Região Autónoma dos Açores[2]	25

SEL - Empresas Locais	170
Por sector de atividade:	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1
Indústrias transformadoras	4
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	51
Construção	8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2
Transportes e armazenagem	14
Alojamento, restauração e similares	2
Atividades de informação e de comunicação	1
Atividades imobiliárias	15
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	13
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	7
Educação	6
Atividades de saúde humana e apoio social	2
Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	29
Outras Atividades de serviços	1

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Portal Autárquico (http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/atividade-empresarial-local/), consultado em 2 de outubro de 2024, com referência a 26 de agosto de 2024. Governo Regional dos Açores (https://portal.azores.gov.pt/web/drot/participa%C3%A7%C3%A3o-da-raa-no-sper), Direção Regional do Orçamento e Tesouro. Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional das Finanças (https://www.madeira.gov.pt/srfinancas/Pesquisar/ctl/ReadInformcao/mid/5325/Informacaold/222496/UnidadeOrganicaId/27/LiveSearch/2%c2%ba%20Trimestre). | Notas: 1 – Universo do SERAM, informação obtida em 2 de outubro de 2024, com referência a agosto de 2024. 2 – Universo do SERAA, informação obtida em 2 de outubro de 2024, com referência a 30 de novembro de 2022.

12. **Os dados recolhidos para este relatório provêm de uma parte substancial do universo do SEE.** Como se disse, este universo empresarial compreende atualmente 142 empresas. A UTAM facultou informação sobre as contas do primeiro semestre de 2024 correspondente a 117 destas 142 empresas. A Tabela 2, presente no Anexo, mostra como é que estes números se repartem pelas duas desagregações referidas no parágrafo 11.

13. **A Caixa 1, p. 13, apresenta um pequeno glossário dos principais conceitos contabilísticos utilizados.** A especificidade das variáveis de contabilidade financeira, ainda relativamente incomum nos relatórios e nas análises consolidadas de finanças públicas, justifica a inclusão do pequeno dicionário das variáveis usadas neste documento. Trata-se da Caixa 1 apresentada no final do Anexo.

14. **O relatório está estruturado segundo a natureza dos indicadores económico-financeiros das empresas.** O EBITDA e o resultado líquido são discutidos na Secção 2, as Receitas e os Gastos Totais na Secção 3 e a Dívida na Secção 4. A Caixa 1 apresenta um glossário, é apresentada em Anexo e encerra este relatório.

2 EBITDA e Resultado Líquido

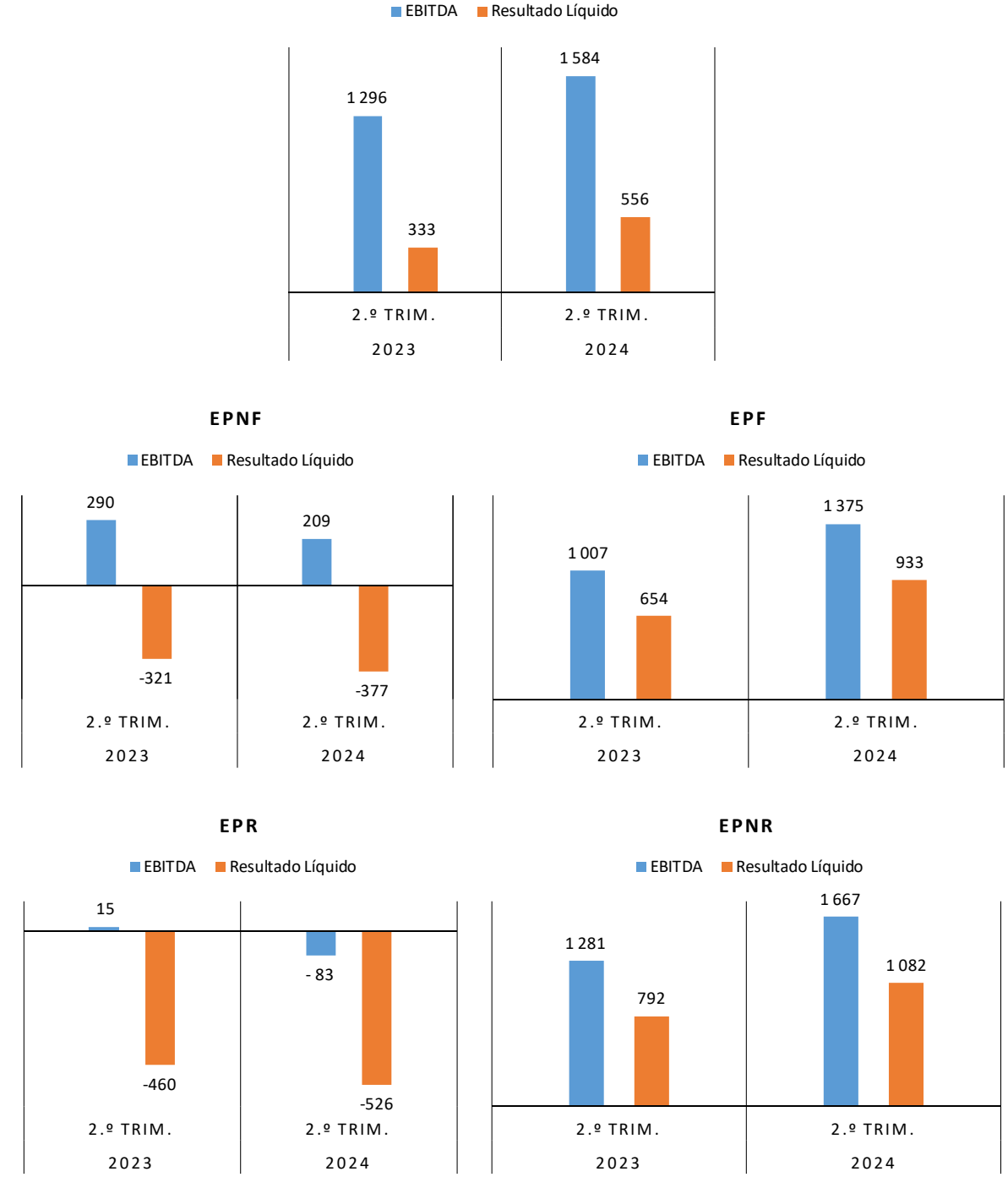
15. **No primeiro semestre de 2024, as empresas em análise que integravam o SEE aumentaram os níveis de EBITDA e Resultado Líquido. Em termos desagregados, registou-se uma melhoria do EBITDA e Resultado Líquido nas EPF e nas EPNR. Em sentido contrário, as EPNF e as EPR registaram uma diminuição destes indicadores.** O Gráfico 1 mostra os valores acumulados em cada ano entre 1 de janeiro e o final de junho. O EBITDA alcançado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (117 empresas observadas neste período, de um total de 142 empresas acompanhadas pela UTAM) aumentou 288 M€ no 1.º semestre de 2024, face ao período homólogo anterior: passou de 1296 M€ no 1.º semestre de 2023 para 1584 M€ no 1.º semestre de 2024. Relativamente aos Resultados Líquidos, registou-se uma melhoria homóloga de 223 M€, tendo o conjunto de empresas em análise que então integravam o SEE recuperado de 333 M€ no 1.º semestre de 2023 para 556 M€ no 1.º semestre de 2024. No período em análise, a

evolução da situação financeira das empresas públicas não foi homogénea entre os vários subconjuntos do universo SEE:

- As EPF (sete de um total de dez) registaram níveis de EBITDA e Resultados Líquidos superiores aos alcançados por estas empresas no ano anterior em + 368 M€ e + 279 M€, respetivamente;
- As EPNF (110 de um total de 132) diminuíram o EBITDA, em 81 M€, e, os Resultados Líquidos, em 56 M€, agravando este indicador, que já registava valores negativos para este subconjunto de empresas;
- As EPR (63 de um total de 78) diminuíram os EBITDA em 98 M€ e os Resultados Líquidos em 66 M€; é de referir que, no período em análise, os níveis de EBITDA e de resultados líquidos registam valores negativos no conjunto das EPR;
- As EPNR (54 de um total de 64) registaram uma melhoria nos EBITDA de 385 M€ e nos Resultados Líquidos de 289 M€;
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 1 abaixo e a Tabela 2 presente no Anexo.

16. **Sobressai a existência de duas assimetrias entre os vários agregados institucionais.** Relativamente ao sector de atividade, o desempenho é melhor no sector financeiro do que no seu complementar. Quanto à relação com o sector institucional das AP, as empresas que nele estão classificadas (EPR) apresentam um desempenho global menos favorável do que as que estão fora do mesmo (EPNR).

Gráfico 1 – EBITDA e Resultado Líquido: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

3 Receitas e gastos totais

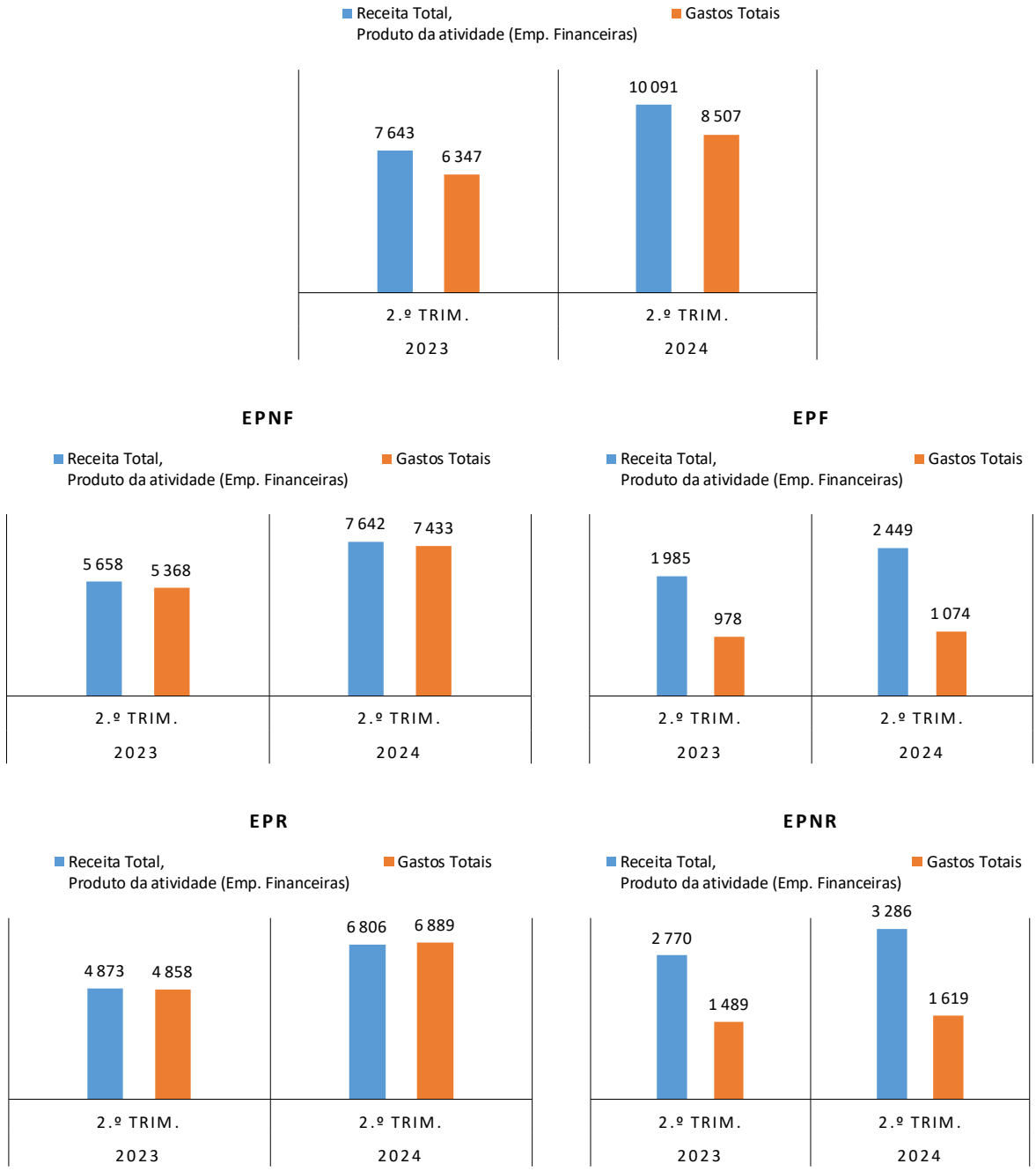
17. No seu conjunto, as empresas que integravam o SEE registaram, no primeiro semestre de 2024, aumentos da receita total superiores aos dos gastos totais, face ao período homólogo. O desempenho das EPF e das EPNR foi o mais expressivo, na medida em que, coletivamente, a melhoria da receita total alcançada no 1.º semestre de 2024 revelou-se significativamente superior ao acréscimo de gastos totais registado no mesmo período. A receita total alcançada pelo conjunto de empresas públicas que integravam o SEE (117 de um universo de 142) aumentou 2448 M€ (+ 32,0%) no 1.º semestre 2024, face ao período homólogo, passando de 7643 M€ no 1.º semestre de 2023 para 10 091 M€ no 1.º semestre de 2024. Relativamente aos gastos totais, o crescimento foi de 2161 M€ (+ 34,0%), passando de 6347 M€ no

1.º semestre de 2023 para 8507 M€ no 1.º semestre de 2024. Assim, conclui-se que no período janeiro a junho de 2024 se registou um aumento homólogo da atividade económica das empresas que integram o SEE, quer por via do aumento da receita total quer dos gastos totais, com um impacto (líquido) agregado positivo (+ 288 M€), com reflexo direto no acréscimo do EBITDA alcançado. Os subconjuntos EPF e EPNR analisados registaram um comportamento distinto do dos seus complementares, na medida em que alcançaram, no 1.º semestre de 2024, melhorias da receita total significativamente acima do acréscimo de despesa total, conforme se evidencia de seguida:[5]

- As EPNF (110 de um total de 132) aumentaram a receita total em 1984 M€ (+ 35,1%) e os gastos totais em 2065 M€ (+ 38,5%);
- As EPF (7 de um total de 10) registaram um aumento na receita total de 464 M€ (+ 23,4%) e nos gastos totais de 96 M€ (+ 9,8%);
- As EPR (63 de um total de 78) aumentaram a receita total em 1933 M€ (+ 39,7%) e os gastos totais em 2031 M€ (+ 41,8%);
- As EPNR (54 de um total de 64) registaram um aumento na receita total de 515 M€ (+ 18,6%) e nos gastos totais de 130 M€ (+ 8,7%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 2 abaixo e a Tabela 2 presente no Anexo.

[5] O conceito "receita total" é utilizado pela fonte (UTAM) na aglutinação de empresas. Salvo melhor opinião, não parece ser a designação mais correta, nos termos do sistema contabilístico em uso (SNC), para confrontar com o indicador "gastos totais". "Receita" é um fluxo financeiro, como é "despesa". Já "gasto" é um fluxo económico e é com o conceito "rendimento" (e não o conceito "receita") que se confronta para definir o resultado líquido. A Caixa 1, p. 11, define estes conceitos.

Gráfico 2 – Receita e gastos totais: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

4 Dívida

18. O *stock* global de dívida das empresas que integram o SEE diminuiu significativamente no primeiro semestre de 2024, embora este não tenha sido um resultado uniforme, devido a contributos diferenciados das várias categorias de empresas públicas: redução significativa da dívida entre EPNF e EPR *versus* aumento da dívida nos subconjuntos EPF e EPNR. O *stock* de dívida registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (117 empresas de um total de 142) diminuiu 5810 M€ (– 22,9%) no 1.º semestre de 2024, face ao período homólogo, de 25 343 M€ no 1.º semestre de 2023 para 19 533 M€ no 1.º semestre de 2024. Com efeito, os maiores contributos para esta redução registada no *stock* global de dívida do SEE tiveram origem nas EPNF (– 6344 M€) e nas EPR (– 6350 M€). O comportamento destas empresas foi em sentido contrário do ocorrido entre as EPF e as EPNR, uma vez que estas registaram aumen-

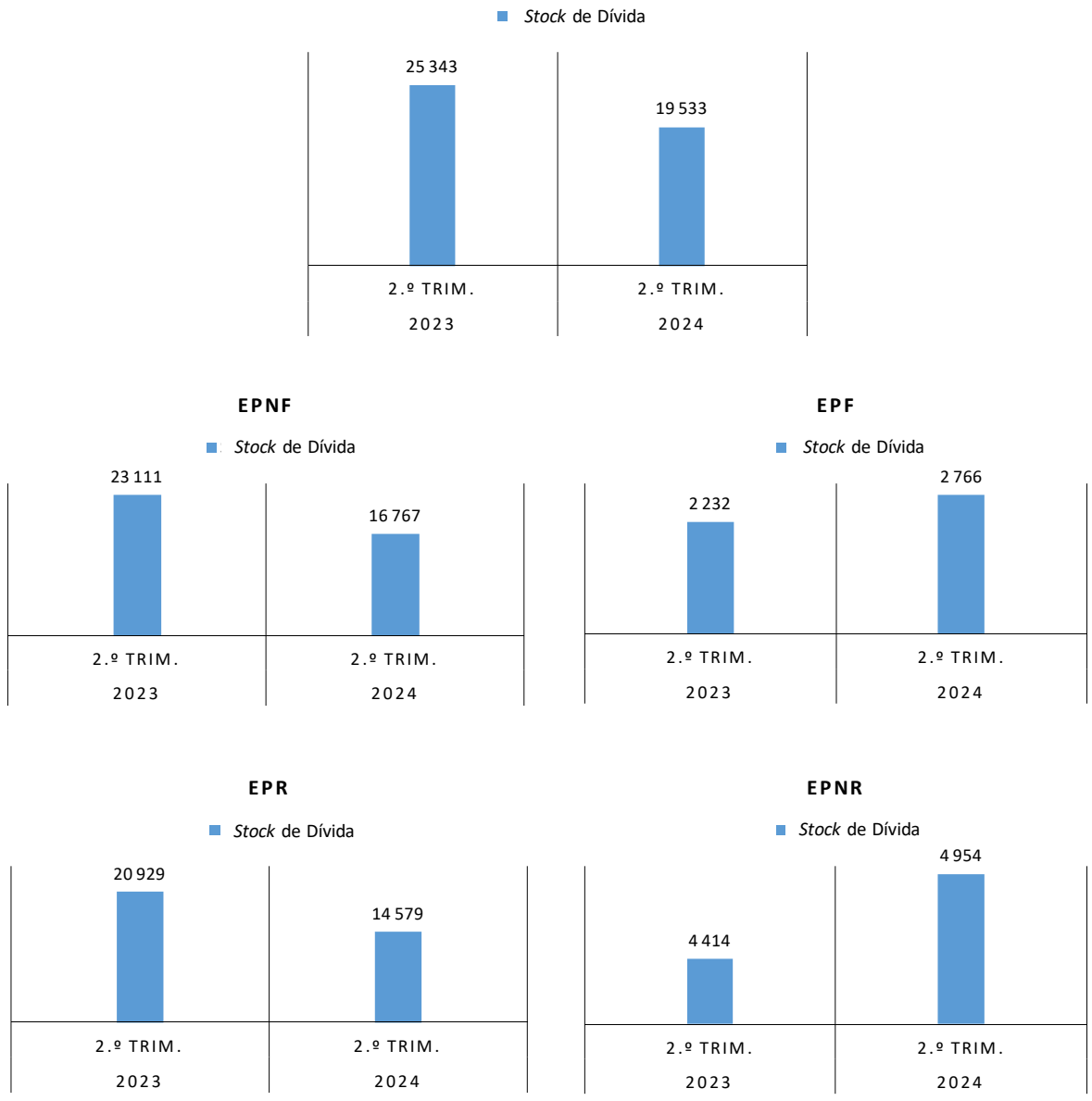
tos no *stock* de dívida que ascenderam a + 535 M€ e + 541 M€, respetivamente. Tendo em conta a classificação das empresas públicas que integram o SEE por área de atividade, EPNF/EPF, e a sua inclusão/exclusão do perímetro das Administrações Públicas, EPR/EPNR, é possível concluir o seguinte:

— As EPNF (110 empresas de um total de 132) registaram uma redução de 6344 M€ (– 27,5%) no seu *stock* de dívida, enquanto as EPF (7 de um total de 10) aumentaram a sua dívida em 535 M€ (+ 24,0%);

— As EPR (63 empresas de um total de 78) reduziram o *stock* de dívida em 6350 M€ (– 30,3%), enquanto as EPNR (54 empresas de um total de 64) registaram um aumento da sua dívida em 541 M€ (+ 12,2%);

— Para maior detalhe, consultar o Gráfico 3 abaixo e a Tabela 2 presente no Anexo.

Gráfico 3 – Dívida: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

19. É interessante notar que os segmentos empresariais que apresentam melhores indicadores de rentabilidade (Empresas Públicas Financeiras e Empresas Públicas Não Reclassificadas) foram os que aumentaram a dívida e vice-versa, ainda que não sejam aqueles que acumulam os maiores *stocks* de dívida. As Empresas Públicas Financeiras e as Empresas Públicas Não Reclassificadas já apesentavam melhores indicadores de rentabilidade no 1.º semestre de 2023 do que os conjuntos complementares,

EPNF e EPR, respetivamente. No 1.º semestre de 2024, estes subconjuntos foram os que registaram a evolução mais favorável ao nível das rentabilidades do ativo (*RoA*) e do capital próprio (*RoE*). Em termos operacionais, foram também estes grupos que mais incrementaram os níveis de EBITDA e Resultado Líquido no 1.º semestre de 2024. Assim, no período em análise, a seu espaço orçamental aumentou, tanto pela via dos resultados operacionais como pelo aumento da dívida, enquanto os segmentos complementares conheceram evolução oposta.

Anexo: Dados numéricos e terminologia do SEE

Tabela 2 – Situação Financeira do SEE: valores acumulados até ao final do 2.º trimestre, 2023 *vs* 2024

(em milhões de euros e em percentagem)

Universo (n.º de empresas)	Setor Empresarial do Estado (SEE) 142 empresas		Empresas Públicas Não Financeiras 132		Empresas Públicas Financeiras 10		Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) 78		Emp. Públicas Não Reclassificadas (EPNR) 64	
N.º Empresas em análise	117 empresas		110		7		63		54	
Ano	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Trimestre	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.	2.º Trim.
Receita Total, *Produto da atividade (Emp. Financeiras)*	**7 643**	**10 091**	**5 658**	**7 642**	**1 985**	**2 449**	**4 873**	**6 806**	**2 770**	**3 286**
Volume de negócios	6 644	9 537	5 016	7 284	1 628	2 253	4 280	6 492	2 364	3 045
Outras receitas	998	554	641	358	357	196	592	313	406	240
Gastos Totais	**6 347**	**8 507**	**5 368**	**7 433**	**978**	**1 074**	**4 858**	**6 889**	**1 489**	**1 619**
Gastos operacionais	5 691	7 718	5 286	7 336	405	383	4 808	6 830	882	888
Outros gastos	656	789	82	97	574	692	49	59	606	731
EBITDA	**1 296**	**1 584**	**290**	**209**	**1 007**	**1 375**	**15**	**-83**	**1 281**	**1 667**
EBIT, *Resultado antes de imposto (Emp. Financeiras)*	**801**	**1 077**	**-151**	**-238**	**952**	**1 315**	**-281**	**-379**	**1 081**	**1 456**
Resultado Financeiro	-131	-99	-136	-108	**5**	**9**	-180	-152	49	53
Resultado Líquido	**333**	**556**	**-321**	**-377**	**654**	**933**	**-460**	**-526**	**792**	**1 082**
Cash Flow	688	1 196	206	141	482	1 055	-108	-192	797	1 388
Stock de Dívida	25 343	19 533	23 111	16 767	2 232	2 766	20 929	14 579	4 414	4 954
Rentabilidade do Ativo (*RoA*)	0,53%	0,68%	-0,24%	-0,36%	1,09%	1,41%	-0,54%	-0,69%	1,10%	1,40%
Rentabilidade do Capital Próprio (*RoE*)	2,35%	3,07%	0,31%	0,32%	7,25%	9,81%	-0,43%	-0,41%	5,72%	7,47%

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: (i) Para cada conjunto de empresas, são indicados, no cabeçalho das colunas respetivas, o número de empresas que integram o universo e o número de empresas que integram a informação apresentada. (ii) Tendo em conta a especificidade das empresas públicas financeiras, o agregado da sua *receita* é designada por "produto da atividade" (e não por "receita total") e utiliza-se o conceito "resultado antes de imposto" em vez de "EBIT" utilizado para as restantes empresas públicas.

Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira

Cash Flow: é um indicador de liquidez utilizado para avaliar os resultados gerados pelas entidades no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as obrigações de curto prazo, sendo apurado da seguinte forma:

$$Cash\ Flow = Resultado\ Líquido + Depreciações\ e\ Amortizações + Provisões\ e\ Imparidades$$

Dívida: é a soma dos montantes contabilizados como Financiamentos Obtidos.

EBIT: designação inglesa para *Earnings Before Interest and Taxes*, correspondendo ao Resultado antes de Gastos de Financiamento e Impostos.

EBITDA: designação inglesa para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciations and Amortisations*, correspondendo ao Resultado antes de Gastos de Financiamento, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Depreciação: é a perda no valor de um bem material decorrente do seu desgaste ou da perda de utilidade resultante do uso, da obsolescência (quando surge algo mais moderno) ou de ação da natureza. Computadores, máquinas e equipamentos, veículos e edifícios são exemplos de bens que sofrem depreciação. Existem diferentes taxas (percentagens) de depreciação consoante o método contabilístico escolhido e o bem em causa.

Amortização: é a perda no valor de um bem intangível, isto é, um bem imaterial. Exemplos são as licenças de *software*, os direitos autorais e os direitos de utilização de determinado espaço. A lógica da amortização pode ser apreendida nesta ilustração. A empresa comprou a concessão de um espaço público para fazer publicidade por um período de dez anos. Cinco anos volvidos, esse direito vale apenas metade; em cada ano, é registada na contabilidade uma amortização no valor de um décimo da despesa com a aquisição da concessão.

Gastos operacionais: corresponde à soma dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e dos Gastos com Pessoal.

Gastos totais: um gasto representa a diminuição nalgum benefício económico futuro, *i.e.*, um sacrifício no valor da entidade contabilística. A diminuição pode decorrer da redução no valor de um ativo (exemplos: consumo de matérias-primas e desvalorização cambial de um depósito bancário em moeda estrangeira) ou do acréscimo num passivo (constituição de uma dívida a fornecedores, por exemplo). Gasto é, pois um fluxo económico que pode ser mensurado com fiabilidade. Distingue-se de despesa por esta ser um fluxo financeiro; traduz a obrigação de efetuar um pagamento. Já este é um fluxo de tesouraria por corresponder à saída de meios monetários. A expressão Gastos totais corresponde à soma de todos os gastos, designadamente: Custos das Mercadorias Vendidas e

das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), Gastos com o Pessoal, Gastos de Depreciação e de Amortização, Perdas por Imparidade, Perdas por Reduções de Justo Valor, Provisões do Período, Outros Gastos e Perdas, e Gastos e Perdas de Financiamento.

Receita total: é a expressão utilizada pela UTAM para designar a soma do "volume de negócios" com "outras receitas". Na terminologia do SNC, receita é um fluxo financeiro no sentido em que mede um direito a receber. Por exemplo, a remuneração obtida com a venda de um serviço é uma receita. Já um recebimento é um fluxo de tesouraria que traduz a entrada de meios monetários resultante de um direito a receber (receita). Um rendimento representa o aumento em determinado benefício económico futuro e pode advir do acréscimo em determinado ativo (por exemplo, produção de bens ou serviços) ou da redução de um passivo (por exemplo, diminuição numa provisão para créditos em risco), devendo ser quantificado com fiabilidade. Os rendimentos englobam: Vendas, Prestações de Serviços, Variações nos Inventários da Produção, Trabalhos Para a Própria Entidade, Subsídios à Exploração, Reversões, Ganhos por Aumentos de Justo Valor, Outros Rendimentos e Ganhos e Juros e Outros Rendimentos Similares.

Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Capital Próprio: são indicadores de rentabilidade que avaliam o retorno gerado para o acionista face aos volumes do ativo e do capital próprio da entidade, respetivamente, sendo apurados do seguinte modo:

$$Rentabilidade\ do\ Ativo = \frac{Resultados\ Operacionais}{Ativo} \quad ; \quad Rentabilidade\ do\ Capital\ Próprio = \frac{Resultado\ Líquido}{Capital\ Próprio}$$

Resultado antes de imposto: no caso das empresas financeiras, atenta a sua especificidade, apresenta-se o resultado antes de imposto.

Resultado Líquido: representa a diferença entre os rendimentos e os gastos em cada período.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UTAO | UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

AV. DOM CARLOS I, N.OS 128 A 132 | 1200–651 LISBOA, PORTUGAL

https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO_UnidadeTecnicadeApoioOrcamental.aspx